

ARTIGOS

PESQUISA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA^{*}

Maria Raquel Mattoso Mattedi^{**}

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados do Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia - APA LN, nas porções correspondentes aos Municípios de Mata de São João e Entre Rios. Serão destacados alguns aspectos históricos da ocupação da região, apresentada uma síntese dos resultados da pesquisa domiciliar e, por fim, com base nos resultados obtidos, algumas considerações para pensar o planejamento daquela unidade de conservação.

Palavras-chave: Litoral Norte, turismo, Área de Proteção Ambiental - APA, planejamento e gestão ambiental.

1. O litoral norte da Bahia: história e mudanças recentes

A ocupação da região teve início na segunda metade do século XVI, confundindo-se com a própria colonização brasileira. Garcia D'Avila, português que deu início à colonização da área, recebeu de Tomé de Souza uma extensa propriedade "compreendida entre os campos do Rio Pojuca até próximo à foz do Rio Real", na segunda metade do século XVI. Entre os anos de 1563 e 1609¹, foi construída, nas imediações da atual Praia do Forte, a primeira Casa da Torre, fortaleza que funcionou como "um observatório avançado" da coroa portuguesa na Colônia, desempenhando as funções típicas de proteção e defesa.

A partir daí, teve início um processo lento e pouco adensado de ocupação territorial, nos sentidos nordeste e noroeste, que alcançou, ao longo dos séculos seguintes, a região do além São Francisco. Desenvolveu-se, em toda a área, uma pecuária extensiva, além de uma economia de subsistência como atividade complementar à economia açucareira, no Recôncavo baiano. Essa economia proveu, por quase um século, o Recôncavo e a cidade do Salvador, de produtos das mais variadas espécies: "(...) através do fornecimento de carne, leite, produtos de couro e animais de tração para os engenhos de açúcar. Essa complementaridade poderia ser, ainda, evidenciada no fornecimento de lenha para os engenhos e de óleo de baleia para a iluminação de Salvador" (Sobrinho, 1988).

Sem sofrer grandes alterações nos séculos seguintes, uma sociedade de traços patriarcais estruturou-se e consolidou-se em torno da sesmaria, com "um proprietário que morava na sede e uma classe numerosa de pessoas descendentes de mestiços e escravos detendo a posse temporária da terra" (Sobrinho, 1988). Com o refluxo da economia açucareira, em meados do século XVII, a região, altamente dependente e articulada ao recôncavo baiano, entra num processo de estagnação econômica tendo suas atividades produtivas redefinidas a partir de então. A plantação do coco é introduzida na região que "... passa então a fornecer, além da lenha, do carvão, da carne e dos produtos de couro dos tempos coloniais, o coco e as frutas, o feijão, os derivados do leite e os objetos de palha" (ECOPLAN, 1997).

A região segue seu ritmo nos séculos seguintes, havendo lacunas nos registros encontrados sobre o período compreendido entre meados do século XVII e final do XIX, quando uma grande extensão de terra foi adquirida por um excêntrico prussiano, naturalizado norte-americano que, tendo notícias sobre o Brasil, através de um encontro com o Imperador D. Pedro II, na Filadélfia, transferiu-se para cá, fixando-se no litoral norte da Bahia e lá permanecendo até meados do século XX.

Trata-se de Sigisfred Sigismundo Schindler que chegou ao Brasil no ano de 1879, na cidade do Rio

^{*} Diagnóstico realizado pela UNIFACS através de Convênio de Cooperação com a CONDER e WS Atkins, 1999.

^{**} Doutoranda em Planejamento Territorial pela UNIFACS/Universidade de Barcelona e Professora do Curso de Graduação em Ciências Sociais da UNIFACS.

¹ Trata-se da construção da primeira Casa da Torre, da qual não restam vestígios. Em 1716 foi concluída a construção da segunda Casa da Torre, nas proximidades da Vila Praia do Forte, hoje sendo restaurada.

de Janeiro², instalando-se, pouco depois, na Bahia em propriedades adquiridas dos descendentes dos D'Avila. Diz ele, em seus relatos sobre o litoral norte (Queiroz e Almeida, 1997):

"(...) Da costa do Forte até Vila do Conde eu tive várias terras, a maioria delas pertencentes aos herdeiros da Casa da Torre. Eu fundei vários armazéns para estocar diversos produtos que eu comprei na região. Especialmente, o COCONUT (semente de coco). Era uma área de 42 léguas de terras. Eu tive terras em Esplanada, Pojuca, Mata de São João, e Parafuso para instalar os armazéns, e diversas fábricas para o aperfeiçoamento e ao mesmo tempo a manufatura de diversos produtos".

Visionário, Schindler foi um atento pesquisador de produtos naturais visando o estabelecimento de um próspero negócio de exportação. Da África trouxe para a Bahia sementes do "bicho da seda" cujo cultivo foi introduzido na localidade de Tucano; levou para Londres amostras da casca externa da piaçava, o "endocárpio", pensando na fabricação de botões; adquiriu, na Antuérpia, máquinas pensando no corte da fibra da piaçava e no fabrico de vassouras; na Dinamarca comprou máquinas para o beneficiamento de fibras. Iniciou na localidade de Queimadas a exportação de peles de cobra e, em 1889, a exportação de plantas medicinais (Queiroz e Almeida, 1997).

As palavras de Schindler são eloquentes e as mais apropriadas para dar uma idéia da quantidade e das potencialidades dos recursos naturais disponíveis à época, bem como do uso econômico a partir do beneficiamento local de muitos produtos³:

"(...) Todo o tempo eu ampliei minhas exportações com novos produtos descobertos: coconut, corte de piaçava, borracha da mangabeira, raízes medicinais, especialmente manocá, videiras selvagens e tingui, e também óleo de mamona da fábrica de Esplanada, frutas secas do cajueiro em latas para durar 2 anos, vinho do cajueiro, bananas secas, farinha de banana das fábricas construídas em Parafuso(...).

Obtive do Governador Luis Viana a permissão para a exploração da areia monazítica, poços artesianos nas terras do interior para reduzir os danos da seca e, moinhos de açúcar na Vila do Conde (...)"

"(...) Eu montei na cidade de Alagoinhas "casas de salgagem" para preparar peles secas para exportação. Eu exportei milhões de bengalas chamadas "cherules" e estandartes (bandeiras) feitas de "dart"(um tipo de bambu) para decoração. Eu produzi goma para fábricas têxteis, farinha de banana para fazer biscoitos (crakers), etc." (...)

Em 1898 é inaugurado o primeiro porto da região, na foz do Rio Sauípe, localidade hoje conhecida como Porto Sauípe, no Município de Entre Rios. O porto chamava-se Porto Schindler e, segundo notas da imprensa da época, a inauguração entusiasmou fortemente os moradores da localidade que eram em número superior a 1.000 pessoas! (Queiroz e Almeida, 1997).

Assim, o extrativismo como base da economia local manteve-se até muito recentemente. Informações, nem sempre coincidentes nos seus detalhes, dão conta da venda das terras de Schindler, entre 1900-1920, para uma companhia inglesa de borracha - British and Brazilian Rubber Planters e Manufaturados (Stifelman, 1997) - que almejava dar continuidade às atividades de comércio exportador iniciadas pelo americano, especialmente aquelas relativas à exploração do látex da mangaba, abundante na região, para o fabrico da borracha. Algumas fontes indicam que a área vendida correspondia a 80.000 ha ou o equivalente a 20 km de costa por 40 km de profundidade, no sentido leste oeste (Queiroz e Almeida, 1997).

A companhia inglesa desenvolveu atividades na área até 1940 quando entrou em falência, entregando-a ao Bank of London que passou a responder pela administração da empresa. Lembrada na região até recentemente (Stifelman, 1997), a Companhia arrendava terras aos moradores locais que permaneceram desenvolvendo atividades de subsistência e extrativas. Conta a história que o representante da companhia inglesa, instalado na região, teve que ausentar-se do Brasil por motivos

² Schindler empreendeu longa viagem pelo interior e seus relatos referem-se à passagem por povoados de alguns estados brasileiros: Rio de Janeiro (Nova Friburgo e Petrópolis), São Paulo (Botucatu e Riberão Preto), Minas Gerais e Goiás. No seu retorno ao Rio de Janeiro publicou um trabalho sobre plantas medicinais.

³ Relato de Schindler, gravado em abril de 1934, um ano antes de sua morte (Queiroz e Almeida, 1997).

relacionados à guerra na Europa, deixando as terras aos cuidados de dois moradores da localidade de Sauípe, hoje Vila Sauípe. Tendo um deles morrido precocemente, o Sr. Genésio Tolentino de Jesus respondeu como procurador da Companhia, enviando regularmente para a Inglaterra o dinheiro arrecadado dos arrendamentos, até 1949. Ainda hoje, são encontrados descendentes da família Tolentino em Vila Sauípe, localizada no extremo norte do Município de Mata de São João. Em 1949, parte dessas terras são compradas da Companhia Inglesa pela Construtora Norberto Odebrecht - CNO, que passa a dispor de 1.700 ha. situados entre o riacho Santo Antônio na porção norte do atual Município de Mata de São João e o Rio Sauípe, já no Município vizinho de Entre Rios. Neste local encontra-se em fase de conclusão o Complexo Sauípe (Stifelman: 1997; Queiroz e Almeida: 1997).

Na porção sul de Mata de São João, consta que em 1922, o coronel Otacílio Nunes de Souza comprou a Fazenda Praia do Forte de Régis Pacheco, ex-governador da Bahia e descendente dos D'Avila, iniciando o cultivo do coco e desenvolvendo um programa de mudas selecionadas associado à pecuária extensiva. Em 1939, com a morte do Sr. Otacílio Nunes, tem início um processo de decadência econômica da família, cercada de conflitos entre os muitos herdeiros. Somente após 30 anos, em 1970, a Fazenda Praia do Forte é vendida a um empresário paulista que tenta dar continuidade às atividades agropecuárias na região, mas, posteriormente, desenvolve o primeiro grande projeto turístico do Litoral Norte: o Projeto da Praia do Forte.

Como visto, poucas alterações ocorreram na região ao longo dos séculos seguintes até meados do atual. Afastada das sedes municipais, a região permaneceu isolada da capital do Estado, cujo acesso, a partir da Praia do Forte no sentido norte, só era possível, via marítima, através de saveiros. As atividades agropecuárias e as extrativas continuaram sendo predominantes numa estrutura produtiva consolidada secularmente.

Na década de 50 a região presencia o início da exploração do petróleo com a instalação de poços nos municípios de Mata de São João, Entre Rios, Itanagra, Pojuca e Cardeal da Silva, com efeitos sobre toda a região. Por volta dos anos 70, com a primeira crise da atividade petrolífera, emerge como alternativa econômica regional, dado o preço favorável da celulose no mercado internacional, a produção da celulose e do carvão vegetal. É implantado, então, o Distrito Florestal do Litoral Norte da Bahia, abrangendo 763.000 ha. e vários municípios.

Instalaram-se na região empresas reflorestadoras apoiadas por uma política vantajosa de subsídios fiscais. Alguns trabalhos que analisaram a atividade na área, dão conta do impacto do reflorestamento sobre a estrutura fundiária e ocupacional pré-existente⁴, provocando, inclusive, resistências por parte de grupos ambientalistas e, simultaneamente, de grupos econômicos interessados no desenvolvimento do turismo.

Como observa a Empresa ECOPLAN, no Estudo Preliminar de Impacto Ambiental/EPIA de um empreendimento turístico local, o Resort Pojuca, as atividades florestais, nos moldes em que foram implantadas, provocaram problemas sociais, desalojando pequenos proprietários instalados há muito tempo na área:

"Apesar das fábricas de celulose nunca terem sido implantadas, devido a mudanças no mercado mundial, o reflorestamento teve grande impacto em termos de ocupação das terras do Litoral Norte. Vastas áreas foram utilizadas na plantação de florestas de eucalipto e pinus. Esse processo gerou um incremento na concentração fundiária que por sua vez agravou o problema da desocupação das populações rurais, que venderam, ou simplesmente perderam suas pequenas propriedades, sendo parcialmente absorvidas pelo trabalho sazonal de plantio (bóias frias) e engrossando as periferias das maiores cidades da região" (ECOPLAN, 1997: 116).

⁴ Vejam-se: SAMPAIO, Marieze Rosa P. Formação de Atores e Reestruturação do Espaço. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de Sociologia da UFBA, 1990; Centro Mineiro de Estudos e Pesquisas sobre Florestas. Os "fracos" e os "avessos": formas de resistência social no litoral norte da Bahia. Uma Análise dos Conflitos entre os Projetos da Pequena Produção e da Agroindústria Florestal, Belo Horizonte, 1997.

Com este pano de fundo, a partir dos anos 70, o turismo passa a ser concebido como uma nova e viável alternativa econômica para o litoral norte. Até então de caráter estritamente regional, recebendo veranistas e visitantes dos municípios próximos, a atividade volta-se para o mercado nacional e internacional. Na década seguinte, a região passa a ser preparada para a consolidação da atividade turística agora em novos moldes e associada à questão ambiental. Inicia-se um processo de redefinição socioespacial começado pela localidade da Praia do Forte na porção sul do Município de Mata de São João.

Datam deste período algumas iniciativas importantes para a compreensão da atividade turística e sua implantação na região, bem como para a análise das vinculações entre turismo, mudanças espaciais e populações locais. Em 1975 foi criado o Parque Florestal Garcia D'Avila, através do Decreto Estadual N. 24.643, abrangendo áreas dos Municípios de Mata de São João e Camaçari; em 1977 a área foi transformada em Refúgio Particular de Animais Silvestres, através do IBDF/IBAMA. Em 1981, é criada a Fundação Garcia D'Avila - FGA, com o objetivo de “administrar a área, executar os projetos e os empreendimentos turísticos, hoteleiro e imobiliário, transformando-se no principal agente transformador do espaço” (Sobrinho: 1998:61).

No ano de 1982 foi construída a ponte sobre o Rio Pojuca, a rede de energia elétrica foi ampliada beneficiando a localidade de Praia do Forte e, ainda, instalado o Projeto TAMAR, voltado para a preservação das tartarugas marinhas, abundantes na costa. Este Projeto passa a contar com o apoio da FGA. Em 1984, através de Portaria criando uma unidade de conservação, na categoria de Refúgio Particular, novos espaços, da antiga fazenda Praia do Forte, foram destinados à preservação ambiental: Camuruji e Sapiranga. Em 1985, é inaugurado o Hotel Robison Crusoe, atual Praia do Forte Eco Resort.

Também no mesmo período, duas outras intervenções sobre o território da Praia do Forte, foram bastante significativas: a elaboração do Plano Diretor da Praia do Forte, regulamentando o uso e a ocupação do solo e o Plano de Manejo da Reserva Sapiranga. Em 1987, a FUNATURA, fundação nacional voltada para a preservação e conservação ambientais, elabora o Plano de Manejo das Áreas de Refúgio Particular da Vida Silvestre. Neste mesmo ano, passam a vigorar as Leis do Código Florestal e de Proteção da Fauna⁵. As Lagoas de Timeantube e a Mata da Sapiranga passam a Reservas Ecológicas e cria-se a primeira Delegacia Ecológica da região. Todas essas medidas provocaram impactos sobre a estrutura social, ocupacional e territorial pré-existentes, havendo, dentre outros efeitos, a transferência de população para áreas mais afastadas dos povoamentos litorâneos originais. (Spinola: 1996).

Três importantes intervenções governamentais foram decisivas para a consolidação da área como destinação turística, nos moldes referidos, nos anos que se seguiram: o PRODETUR/ Bahia, viabilizando recursos para o desenvolvimento da região chamada agora de Costa dos Coqueiros, a abertura da Linha Verde e a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia/APA LN. O impacto dessas intervenções sobre o espaço e sobre as populações tradicionais não tem passado despercebido de pesquisadores baianos e, hoje, já se dispõem de significativos estudos sobre o tema. Spinola (1997) e Sobrinho (1998) estudaram a Praia do Forte e o impacto do turismo sobre a socioeconomia local; Stifelman (1997) analisou a Vila Sauípe, destacando, em sua etnografia, os usos múltiplos e a gestão social dos recursos naturais pela população residente; Queiroz e Almeida (1997) analisaram o impacto da construção da Linha Verde sobre Porto Sauípe, identificando problemas relacionados ao avanço da atividade turística na área.

Na atualidade multiplicam-se as intervenções sobre a área. Programas e projetos de planejamento, gestão e educação ambiental têm sido concebidos e implementados tanto pelo estado, como por entidades não-governamentais. O Governo do Estado da Bahia, através da CONDER, vem implementando o Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental - PPGA que, com apoio do governo britânico, desenvolve pesquisas na APA/LN voltadas para o conhecimento, planejamento e desenvolvimento da região, em bases de sustentabilidade. Assim, desde 1998 a área

⁵ Código Florestal: Lei 4.771 de 15/09/65 e Proteção à Fauna: Lei 5.197 de 03/01/67.

vem sendo objeto de estudos que visam melhor conhecer o perfil dos moradores, as potencialidades econômicas e as condições ambientais. Dispõem-se de dados e informações suficientemente capazes de contribuir para um adequado planejamento e gestão da área.

2. O Diagnóstico Socioambiental da APA Litoral Norte

O Diagnóstico Socioambiental realizado no período que se estendeu de outubro de 1998 a maio de 1999, teve como principal objetivo conhecer o morador tradicional⁶ da área, as atividades produtivas, as relações de trabalho, os níveis de rendimentos, o padrão habitacional e o acesso aos serviços básicos de infra-estrutura. Em outras palavras, procurou-se conhecer como vive, do ponto de vista sócio-econômico e ambiental a população "beneficiária" da criação da APA LN. Os dados quantitativos foram obtidos através de pesquisa domiciliar, de natureza amostral e os qualitativos através de entrevistas abertas, reuniões comunitárias e reuniões com grupos focais. No Município de Mata de São João foram visitados 10 povoados⁷, 183 domicílios, abarcando 954 pessoas, em Entre Rios, 05 povoados, 44 domicílios, totalizando 206 pessoas.

A despeito dos fluxos migratórios para a região desde 1970, atualmente intensificados, a maioria da população estudada é natural do próprio litoral norte, seja do povoado onde foi realizado o levantamento, seja de povoados ou municípios vizinhos. No conjunto, mais de 70% da amostra considerada são naturais de Mata de São João ou de Entre Rios; dentre os nascidos na vila mesma onde foi realizada a pesquisa os índices alcançam 45,9% e 52,3%, respectivamente. Este fato mostra que o deslocamento populacional tem se dado em direção àquelas localidades que já estão inseridas na rota turística do litoral norte, tais como Praia do Forte, Imbassaí e Porto Sauípe.

Considerando a variável tempo de residência dessa mesma população, verificou-se que apenas 24% em Mata de São João e 20% em Entre Rios residiam na localidade há menos de dez anos. Os motivos de mudança, em geral, referiam-se a motivos familiares, tais como: casamento, nascimento, morte de algum membro da família ou relações de parentesco. Observaram-se também vários casos de regresso ao lugar natal, após alguns anos fora, em geral em Salvador ou região metropolitana. Ainda que esse aspecto não tenha sido explorado na pesquisa, é possível levantar a hipótese de que estaria havendo, após a abertura da Linha Verde e do incremento do turismo, um movimento de retorno de pessoas que anteriormente emigraram em busca de melhores condições de vida.

Essa população é bastante jovem, de baixa escolaridade e pobre. A metade da população estudada apresentava idade inferior a 20 anos, chegando a 49 e 50,9% do conjunto em Mata de São João e Entre Rios, respectivamente. Nos dois municípios, cerca de 25% eram de crianças menores de 10 anos. Considerando aqueles que responderam aos formulários, geralmente donas de casa ou pessoas maiores de 18 anos, foram altos os índices de analfabetismo. Em Mata de São João, os analfabetos corresponderam a 27,8% do conjunto e, em Entre Rios, a 29,5%. Considerando o grupo familiar estes índices decresceram para 15,62% e 12,62% respectivamente. Apesar disso, a grande maioria não chegou a concluir o primeiro grau. Cerca de dois terços da população estudada, nos dois municípios, encontravam-se entre a primeira e a quarta série. Igualmente poucos foram os casos de término do I grau ou ingresso no 2o Grau.

A partir do primeiro ano do ensino básico a tendência é uma diminuição no número de alunos em sala de aula. Os motivos são muitos e diversos, mas quase sempre relacionados com a subsistência das famílias, fato que implica na necessidade de agregar ao trabalho familiar, o trabalho da criança ou do jovem em idade escolar.

Considerando o perfil ocupacional das famílias, os resultados apontaram para uma realidade de pluriatividade ocupacional, bem como para a coexistência de atividades tradicionais com atividades

⁶ O morador tradicional foi considerado como aquelas pessoas naturais da região, moradores de pequenos vilarejos ou vilas de pescadores, situados ao longo da costa da APA LN, inclusive, os localizados a oeste da Linha Verde, numa extensão de 10 Km para o interior.

⁷ Em Mata de São João: Açú da Torre, Sapiranga, Barro Branco, Diogo, Santo Antônio, Areal, Curralinho, Malhadas, Campinas e Vila Sauípe. Em Entre Rios: Água Comprida, Estiva, Canoas, Massarandupió e Sítio Novo.

modernas, estruturadas no âmbito do mercado formal e vinculadas à "indústria" do turismo. Entretanto, diferentemente do suposto inicialmente pela pesquisa, que esperava uma maior expressividade das atividades ligadas ao turismo, as atividades agropecuárias e da produção extrativa, vegetal e animal, configuraram-se como as principais atividades desenvolvidas pela população estudada. Dado o interesse da pesquisa em aprofundar o entendimento da estrutura produtiva local, as atividades agropecuárias e extrativas, correspondentes a 14,3% do conjunto da população em Mata de São João e 16% em Entre Rios, foram detalhadas e consideradas em suas diversas expressões. Assim, agrupadas sob o título genérico de atividades agropecuárias e extrativas, encontravam-se as seguintes atividades tradicionais: a) as atividades agropecuárias típicas, definidas como aquelas realizadas em terra de terceiros, envolvendo ora o trabalho assalariado, ora a prestação diária de serviços; b) a pequena produção rural ou agricultura familiar; c) o artesanato da piaçava e, por fim, d) outras atividades tradicionais, abrangendo a pesca artesanal, a mariscagem e a coleta de frutas nativas para fins comerciais.

Dentre as atividades agropecuárias típicas, destacaram-se aquelas realizadas em estabelecimentos agrícolas ou florestais. Supõe-se que as fazendas de coco e de gado da região, bem como as empresas de reflorestamento do Distrito Florestal do Litoral Norte, sejam as responsáveis pela absorção da mão de obra local. Entretanto, a produção de coco já foi maior na região. Segundo Stifelman (1997), no passado, pequenos produtores arrendavam terras de grandes proprietários para a plantação do coco. Independentemente da propriedade e da localização da terra, o direito à produção, por parte daquele que plantou a árvore, manteve-se respeitada através de gerações. Mais recentemente verifica-se uma redução no arrendamento de terras para a plantação do côco, com a compra de coqueirais por empresas que atuam na região (Stifelman: 1997:95-96).

Simultaneamente às atividades agropecuárias desenvolvidas em terras de terceiros, destacam-se, em importância, as atividades ligadas à pequena produção rural. O roçado, a cultura de alguns produtos num grande quintal, a capina ou, simplesmente, a cultura e o beneficiamento da mandioca é uma atividade desenvolvida por grande parte da população local. Muitas vezes, é importante notar, quando indagadas sobre as atividades desenvolvidas, as pessoas não se referem à atividade por desconsiderá-la enquanto atividade produtiva. Porém, ao pesquisador atento não escapa o fato de que, mesmo pequena, essa atividade é parte do modo de vida dessa população, assegurando um complemento de renda e aumentando a dieta familiar.

O artesanato da piaçava é responsável, sobretudo, pela ocupação de mulheres e crianças nos dois municípios. Chamadas de trancheiras, essas mulheres desenvolvem o artesanato a partir da coleta e do beneficiamento da palha da piaçava, palmácea abundante em toda a região. Mostra Stifelman que, em Vila Sauípe, 79 mulheres produziam o artesanato como atividade principal. A palha era tradicionalmente apanhada nas proximidades de Sauípe, em terras de particulares, duas a três vezes por mês. Eventualmente, comprava-se a palha. A produção é bastante trabalhosa e demorada, resultando na confecção diária de um chapéu ou de uma bolsa. As peças são costuradas com linho (fibra) do ouricuri, também chamado de licuri, outra palmácea local (Stifelman: 1997:84). Atualmente são frequentes as referências à escassez da matéria prima, sobretudo pelo cercamento das propriedades.

No Município de Mata de São João, destacam-se as localidades de Diogo, Santo Antônio e Vila Sauípe como as mais representativas da produção artesanal da região e, em Entre Rios, os povoados de Canoas e Porto Sauípe, onde vem se estruturando, recentemente, uma associação de artesãos. Trata-se de uma atividade realizada e comercializada principalmente por mulheres, embora possa haver a participação da família e até da vizinhança durante em algumas etapas do processo produtivo.

Por fim, as outras atividades tradicionais referem-se, principalmente, àquelas ligadas à pesca artesanal, à mariscagem e à coleta de frutas. Observou-se, que muitas famílias praticam a pesca como uma fonte alternativa de sobrevivência e renda familiar. Em Vila Sauípe a pesca no rio é desenvolvida especialmente pelos homens, durante os meses de verão. Segundo Stifelman, cerca de 20 famílias viviam da "maré" na localidade, entre 1996-1997. A mariscagem, antes pouco

valorizada por dar-se na lama, parece mostrar-se em expansão, devido ao recente aumento da demanda. A pesca no mar é praticada por poucos, com jangadas de seis paus ou com catraia.

A coleta de frutas é, por sua vez, uma atividade capaz de envolver muita gente, sobretudo mulheres e crianças. Em Vila Sauípe, a equipe de campo teve a oportunidade de presenciar, mais de uma vez, o comércio da mangaba por compradores de fora, inclusive de lugares distantes tais como o sul da Bahia e Sergipe. Essa “produção”, que pode ser coletada no “mato”, nos quintais ou nas “malhadas”, nomenclatura regional para quintal, é também comercializada nas feiras de Vila Sauípe ou da Praia do Forte. Trata-se sempre de um acréscimo pequeno, mas importante na receita familiar. Em ordem de importância, apareceram a seguir as atividades da construção civil. Em Mata de São João corresponderam a, aproximadamente, 11% do conjunto, e em Entre Rios, a 13,6%. Nos dois municípios, os trabalhadores menos qualificados são os mais numerosos. Considerando o Município de Mata de São João, verificou-se a importância crescente da atividade nas áreas vizinhas ao Complexo Sauípe. Grande parte dessa população encontrava-se vinculada à CNO. O assalariamento, embora temporário, parece estar possibilitando um certo dinamismo local.

As atividades e serviços de hospedagem e alimentação apareceram a seguir e são representadas, respectivamente nos Municípios de Mata de São João e Entre Rios, por 8,8% e 7,7%. Observou-se, na região da Praia do Forte, um índice superior à média, chegando a 12,7%. Trata-se de um fato facilmente compreensível se se considera que a atividade turística encontra-se, mesmo coexistindo com atividades tradicionais, praticamente consolidada nessa área da APA LN. Finalmente aparecem o comércio de mercadorias e as atividades relacionadas aos serviços domésticos, em casas de veraneio, que têm maior expressão na área de influência da Praia do Forte. Atividades mais qualificadas, na indústria ou nos serviços, são pouco representadas.

A média de salários pagos na região não vai além do salário mínimo e a grande maioria da população estudada tem um rendimento médio familiar que se situa em torno de um a dois salários mínimos. Em alguns períodos do ano esses rendimentos podem ser incrementados pela entrada de rendimentos provenientes da participação de outros membros da família, na receita familiar, através da prestação de serviços associados ao turismo. É comum a contratação de pessoal, por tempo determinado, no período de alta estação. Além disso, muitas famílias dispõem de rendimentos não monetários tais como a produção do roçado, a pesca, a mariscagem e a coleta de frutas, como visto. Em Mata de São João existe maior proporção de trabalhadores assalariados, correspondendo a 46,5% dos quais 15% não têm carteira assinada. Em Entre Rios o índice de assalariados é menor, representando 27,7% da força de trabalho ocupada, sendo que 13,2% deste total não têm registro em carteira. Respectivamente têm-se 49,1% e 72,4% de trabalhadores autônomos.

Quanto ao estado dos domicílios os dados indicam condições de conforto e bem estar bastante precárias. Ainda que a grande maioria dos domicílios seja de alvenaria, mais de 30% do total, nos dois municípios, não dispõem de instalações sanitárias, seja no interior ou fora dos domicílios. Dentre os que têm instalação sanitária, 42,2% em Mata de São João e 50% em Entre Rios, não dispõem de fossas sépticas ou qualquer outro tipo de esgotamento sanitário. O uso dos rios, do mato, brejos, terrenos vazios, etc. para o escoamento sanitário e o depósito do lixo é bastante comum.

A água para consumo, em geral, passa por uma ou outra forma de tratamento, atingindo cerca de 68% dos casos. As formas mais utilizadas são o filtro ou algum tipo de produto químico; a fervura, por sua vez, é muito pouco utilizada, o que pode ser compreendido se se considera o preço do gás de cozinha. Entretanto, observa-se uma proporção considerável de famílias que não usam qualquer tipo de tratamento, chegando a 30% do conjunto em ambos os municípios.

A região dispõe de uma única escola de II grau, nas proximidades da Praia do Forte - Escola Alaor Coutinho, em Açú da Torre - que recebe estudantes de todo o município e também dos municípios vizinhos. Em Açú da Torre e Vila Sauípe existem dois Postos de Saúde que são pouco aparelhados e insuficientes para atender a demanda local, sendo mais comum o deslocamento da população para hospitais de Salvador ou de Camaçari. Muitos povoados não dispõem de abastecimento regular de água, coleta de lixo, energia elétrica e serviços de telecomunicação. O comércio é precário e os

preços são altos devido ao desenvolvimento do turismo que, de um lado, dinamiza alguns ramos do comércio e, de outro, inflaciona os preços.

3. Considerações finais: para pensar o planejamento

Considerando a existência dos muitos estudos existentes sobre a região, fato que possibilitou um conhecimento prévio e satisfatório das localidades turísticas de maior porte⁸, a pesquisa procurou concentrar-se naquelas localidades sobre as quais se dispunha de pouca ou nenhuma informação. Assim, procurou-se conhecer mais detalhadamente o morador dos povoados mais antigos, que se encontram fora da rota turística propriamente dita, ou seja, situados do lado oeste da Linha Verde, conforme visto no início deste artigo. A maioria das localidades selecionadas para a pesquisa, portanto, localiza-se do lado oposto às áreas costeiras, mais valorizadas. Esta população, aqui chamada de tradicional, é integrada por pessoas naturais da própria região que vêm assegurando a sua sobrevivência e reprodução através do desenvolvimento de atividades produtivas tradicionais, relacionadas ao uso direto dos recursos naturais.

É uma população jovem, de baixa escolaridade e renda, portanto pobre e pouco preparada para enfrentar os desafios atuais que se avolumam. Populações como essa subsistem às investidas do capital ao longo de toda costa brasileira e têm, tradicionalmente, desempenhado um papel importante na conservação da biodiversidade. Diegues (1997) as considera como remanescentes de povoações coloniais vinculadas aos grandes ciclos econômicos. No caso do litoral norte que no passado se beneficiou dos laços mantidos com a cultura da cana de açúcar, verifica-se uma certa estagnação regional. A população local volta-se para a vida comunitária, mantendo um comércio de víveres, pescados e artesanato, por via marítima, com Salvador. Vive uma economia predominantemente de subsistência, praticando o extrativismo de recursos naturais, a pequena agricultura, a pesca, o artesanato, assegurando a sobrevivência do grupo familiar através de uma relação estreita e de natureza conservadora com o meio ambiente natural. Isolada, vive sem sofrer pressões imediatas de elementos exógenos.

Mas vivem também na área outros grupos sociais, além de baianos e/ou pessoas radicadas em Salvador que construíram uma segunda residência, impulsionados por fatores como a proximidade de Salvador, facilidade de acesso, o intenso processo de parcelamento da terra e a criação de loteamentos, dentre outros, verificados dos anos setenta em diante. São os moradores novos, que lá chegaram e continuam chegando, atraídos pelas perspectivas de desenvolvimento futuro, sobretudo, aquelas relacionadas ao turismo. Este grupo é formado, em geral, por pessoas de fora da região, empresários de pequeno, médio ou grande porte e por trabalhadores, do turismo e da construção civil que, mais recentemente, têm sido atraídos pelas obras em andamento.

O diagnóstico socioambiental realizado e o contato prolongado com a realidade local, possibilitou o entendimento de que a população residente e, portanto, "beneficiária"⁹ da criação da APA Litoral Norte, não pode ser pensada como uma categoria única, composta por grupos homogêneos e inter-relações de poder simétricas. O conceito de população e desenvolvimento local é pouco operacional porquanto coloca sob uma mesma denominação segmentos populacionais e interesses econômicos muito diferenciados.

O modo de vida anterior à entrada do turismo e de outras atividades como a reflorestamento na parte mais ao norte da APA LN, assentou-se sobre uma organização socioespacial e produtiva que vinha garantindo, por muitas gerações, senão a riqueza ao menos o acesso facilitado à terra, ao "mato" e às riquezas naturais abundantes. O avanço dessas atividades, no entanto, vem seguramente impactando a base sobre a qual se assentava a economia local, provocando alguns efeitos positivos, simultaneamente, a muitos efeitos negativos. Isso é percebido pela população residente que aceita o "progresso" sem deixar de identificar os problemas dele decorrentes, entre eles conflitos.

⁸ Localidades como: Praia do Forte, Imbassaí, Porto Sauípe.

⁹ Salvo raras exceções, são poucas as experiências que atestam os benefícios decorrentes da criação das unidades de conservação para as chamadas populações locais, ou autóctones.

Focos de conflitos, latentes e manifestos, são frequentemente observados na área: conflitos na Praia do Forte e na Reserva de Sapiiranga entre a população nativa e empresários de turismo; conflitos no Santo Antônio e no Diogo entre proprietários da terra e população nativa; conflitos na área de abrangência do Complexo Sauípe entre empresas privadas e a população local; conflitos em Entre Rios, pela ocupação da barra do Rio Sauípe, entre empresas, donos de loteamentos e barraqueiros nativos; conflitos em Imbassaí, entre comunidade local e visitantes de um dia, os também chamados de "farofeiros", dentre outros. Em geral as causas desses conflitos estão diretamente relacionadas com o aumento de dificuldade ou, em alguns casos, com a completa perda de acesso aos recursos naturais até então usados economicamente pela população, sem grandes problemas ou restrições. A piaçava, usada para a confecção do artesanato, anda rareando; o percurso que leva ao banho de mar está, em alguns pontos, maior e obstruído pelas cercas instaladas nas hoje valorizadas propriedades; mananciais estão sendo represados e desviados para a instalação de áreas de lazer, destinadas ao turismo. Em outras palavras, os conflitos, em geral, estão associados à privatização da base de recursos naturais que até então era acessado e usado livremente pelos moradores.

A existência de conflitos dessa natureza remete para uma questão importante, que merece ser mais amplamente discutida entre os diversos segmentos sociais que interagem na APA LN, entre eles os responsáveis pelo planejamento e pela gestão da área. Trata-se da concepção vigente de proteção ambiental. Prevalece, entre os mais bem situados, uma visão ambiental comumente considerada como correta, mas que valoriza elementos da natureza em detrimento de elementos da sociedade, como pessoas, costumes ou tradições. Em nome da proteção ambiental, adota-se uma postura preservacionista que, em suas origens, fundamenta-se na dicotomia estabelecida entre homem-natureza e numa visão de território como objeto de expansão e dominação. Concepções vinculadas à ecologia política, no entanto, privilegiam a relação homem-natureza e o uso adequado e conservador

de recursos naturais. Os impactos recaem diretamente sobre a qualidade de vida desses moradores. As águas são poluídas, os mananciais privatizados, o pescado tende a rarear e a piaçava não é mais tão facilmente encontrada nos arredores das vilas.

Por outro lado, mediante tantas transformações, os serviços sociais básicos e os de infra-estrutura tornaram-se escassos e insatisfatórios para as demandas que crescem dia a dia. A região dispõe de uma única escola de segundo grau, os serviços de saúde são de difícil acesso porquanto não se dispõem de transporte intra-regional; as casas não dispõem de instalações sanitárias, o saneamento básico é inexistente em toda a APA, sendo altos os índices de doenças parasitárias, a energia elétrica não atende a todos e as comunicações são precárias. Nesse contexto, a qualidade de vida da população nativa, tende a piorar sendo poucas as perspectivas concretas de superação das condições de baixa escolaridade, trabalho pouco qualificado e de pobreza.

O "modelo" de desenvolvimento preconizado para a região, com o desenvolvimento do turismo, ao tempo em que abre oportunidades de trabalho e renda para a população residente, desestrutura sistemas sócio produtivos locais. Na medida em que as atividades modernas, relacionadas ao turismo, longe estão de se tornarem as dominantes ou hegemônicas na estrutura produtiva da APA LN, os planejadores devem se indagar sobre a pertinência de se apregoar o fim das antigas atividades que ainda têm um peso importante na sobrevivência do grupo familiar em toda extensão da área.

Os dados nos levam a refletir sobre a necessidade de assegurar uma participação mais efetiva dessa população nos benefícios gerados pelas novas atividades implantadas e o planejamento da área deve contemplar a possibilidade de implementação de políticas, programas e projetos que, não apenas assegurem a permanência ou sustentabilidade das atividades tradicionais, mas, principalmente, garantam a valorização das mesmas, simultaneamente a sua inserção nos circuitos turísticos. Como ampliar os benefícios e mitigar os impactos decorrentes do desenvolvimento da atividade turística, é uma boa pergunta para orientar o planejamento da área.

Esses aspectos devem ser mais discutidos pelo planejador e órgãos públicos atuantes na APA LN, pois são exatamente estes que devem fazer a mediação entre os diversos e diferenciados interesses

que existem e coexistem na região em foco. Projetos que visem, simultaneamente, à conservação e ao desenvolvimento social, são os mais indicados para serem implementados numa área que há mais de quatro séculos vem sendo ocupada e conservada pela sociedade local.

As novas alternativas econômicas, como a produção da celulose e o crescimento do turismo, podem exercer impactos muito negativos sobre a região, tanto do ponto de vista ambiental como social. Cabe aos responsáveis pelo planejamento e gestão, bem como aos empresários e às organizações não-governamentais interessadas em apoiar o desenvolvimento sustentável da APA LN, potencializar os efeitos benéficos e compatíveis com os princípios de igualdade, justiça social e sustentabilidade ambiental, evitando ou mitigando, em contraposição, os impactos negativos, que dizem respeito, sobretudo, à exclusão da população tradicional dos benefícios gerados pelas novas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Turismo da Bahia. Empresa de Turismo da Bahia/Bahiatursa. *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia*. Zona Turística Costa dos Coqueiros e Zona Turística Costa do Descobrimento. Relatório Final. Salvador, 1992
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. *Relatório Síntese do Plano de Manejo*. Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte. Síntese. Salvador, S/D.
- BAHIA. SEPLANTEC/CRA. *Cadastro das Unidades de Conservação no Estado da Bahia*. Documento Síntese. Salvador, 1998.
- CENTRO MINEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE FLORESTAS. *Os "fracos" e os "avessos": formas de resistência social no litoral norte da Bahia*. Uma análise de conflitos entre os projetos da pequena produção e da agroindústria florestal. Belo Horizonte, 1997.
- COMISSÃO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Diagnóstico (Participativo) Rápido Rural*. Manual de Técnicas. Maputo, Moçambique, 1994. Mimeo.
- DIEGUES, A.C.S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, M. Toledo (org.). *Viagens à natureza. Turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997, p.85-102.
- _____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F., WEBER, J. (org.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997, 407- 432.
- _____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. Formação sócio - espacial e questão ambiental no Brasil. In: *Geografia e meio ambiente*. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
- LIMA, Fernando Roque de. A Influência do turismo na redefinição dos usos do espaço: Porto Seguro e Itaparica. In: FACS. Faculdade Salvador. Coordenadoria de Pesquisa. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. *Pré-Textos para Discussão*. Salvador: BDA, 1997, p.43-52.
- MORAIS, Antônio Carlos Robert. Condicionantes do planejamento no Brasil: uma pontuação genética das dificuldades para a gestão ambiental. In: *Meio Ambiente e Ciências Sociais*, São Paulo: Hucitec, 1995.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. *A Estimativa Rápida e a Divisão do Território no Distrito Sanitário*. Manual de Instruções. Brasília, 1993.
- QUEIROZ, A. L. C.P. e ALMEIDA, Isabela Correia. *Porte Sauípe: o traçado de uma linha e as transformações no verde*. Monografia de Conclusão de Curso, UNIFACS, 1997.

- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planejamento sustentável*. A proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997, p. 83-124.
- SAMPAIO, Marieze Rosa. *Formação de Atores e Reestruturação do Espaço*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1990.
- SILVA, S.B.de M. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, A. B. (org). *Turismo e geografia*. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, 123-141.
- SOBRINHO, L. G. *Em busca do paraíso...* A (ECO) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1998.
- SPINOLA, Carolina. O Impacto sócio-cultural da atividade turística na Praia do Forte. *Pré-Textos para Discussão*, 1997, p.33-41.
- STIFELMANN, G. M. *Sauípe em três tempos*. Um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1997.
- WWF. *Subsídios Para Discussão*. Workshop, diretrizes políticas para Unidades de Conservação. Brasília: 1994. Mimeo.